

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO BERTO MESSIAS
DEBATE DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2010
Políticas de Juventude, Emprego e Formação Profissional

Sr. Presidente

Sras. E Srs. Deputados

Sr. Presidente do Governo

Sras. e Srs. Membros do Governo

Vivemos num mundo em constante mudança.

Tudo muda, tudo acontece, tudo se transforma rapidamente.

O que hoje é um dado adquirido e concreto, amanhã pode ser apenas uma memória do passado.

Estas transformações constantes, que definem o mundo em que hoje vivemos, são agudizadas pela já conhecida turbulência macroeconómica originada nos Estados Unidos.

A existência de mercados desregulados e excessivamente liberalizados permitiu a criação de produtos financeiros de alto risco.

Essa liberalização excessiva e a falta de regulação permitiram a

movimentação de capitais com fins meramente especulativos que inicialmente sobrevalorizaram esses produtos financeiros, os chamados *subprime*, para depois desvalorizá-los ao ponto de fazer rebentar uma bolha especulativa com consequências nefastas que se proliferaram por todo o mundo.

Isso fez com que o mundo mergulhasse numa profunda crise, ao nível da grande crise do séc. XX, entre 1929 e 1935, no primeiro sinal de falência do capitalismo, nesse caso, industrial.

Desta forma, toda a construção sistémica que começou na era Thatcher/Reagan e que substituiu os modelos Keynesianos (com mais incidência na Europa) vê-se profundamente abalada.

Foram, assim, provocados grandes desequilíbrios nos sistemas financeiros.

Toda essa conjuntura internacional muito desfavorável, que ainda hoje atravessamos, continua a impor efeitos nefastos à escala global.

Serve este enquadramento inicial para sinalizar o facto de, hoje, qualquer sociedade e qualquer economia local, regional ou nacional

estar, como nunca esteve, sujeita a fortíssimos condicionalismos externos.

Isto exige um esforço muito grande em termos de políticas públicas na criação de mecanismos de protecção social, que minimizem os danos desta conjuntura desfavorável.

Quer pela sua caracterização social, quer pelos processos de desenvolvimento, de integração e de transição para a chamada vida activa que tem de enfrentar e num quadro de fortes constrangimentos externos, a faixa etária da Juventude depara-se com mais dificuldades.

Tendo em conta a importância das novas gerações para o futuro de qualquer sociedade, o poder político tem a obrigação de criar os mecanismos necessários para minimizar os efeitos desses constrangimentos e para promover o normal desenvolvimento desta faixa etária.

A evolução das políticas de juventude nos Açores indica-nos que essa sempre foi e continua a ser uma preocupação do Governo dos Açores.

Será justo reconhecer o bom trabalho dos Governos do Partido Socialista na área da Juventude.

No plano anual e Orçamento Regional para o ano de 2010 os programas referentes à juventude vêm aumentando o seu investimento. Quer na acção global dos governos do Partido Socialista, quer neste plano para 2010 está patente a visão global transversal da problemática da juventude. Reconheça-se por isso, que o mérito da política de juventude dos Governos Socialistas reside na sua capacidade de a partir de uma análise realista dos Açores promover a participação e a co-responsabilização dos jovens nos diversos patamares dos processos de desenvolvimento e na definição das políticas a implementar.

Reconheça-se e não se embarque em subterfúgios argumentativos superficiais e inconsequentes, que hoje, fruto do desenvolvimento sócio económico e das opções políticas do Governo dos Açores, as novas gerações de açorianos têm oportunidades formativas e experiências de vida muito diferentes e melhores do que tiveram as gerações que as antecederam.

Os Programas operacionais que constam no Plano para 2010 que agora apreciamos e a respectiva dotação orçamental dão-nos garantias da continuidade de uma evolução muito positiva nas políticas e medidas orientadas para a juventude.

Os Programas com os objectivos de proporcionar aos jovens a ocupação dos tempos livres e incrementar o espírito de iniciativa, aprendizagem e assimilação de normas e valores para uma cidadania responsável e de facilitar as escolhas formativas e educacionais dos jovens, facilitando a inserção dos participantes no mercado de trabalho, pelo carácter pré-profissionalizante e de orientação vocacional, o apoio e incentivo à mobilidade juvenil dentro e para fora da Região, a melhoria e o alargamento da rede de Pousadas de Juventude dos Açores, o apoio e incentivo ao Associativismo Jovem tão importante para a participação e exercício de cidadania das novas gerações, os mecanismos do sistema de informação aos jovens, o apoio à iniciativa jovem, os programas de cidadania e voluntariado, os incentivos à criatividade e às oficinas de criação jovem, a aposta nas competências tecnológicas tão importantes nos dias de hoje ou a aposta nas academias de juventude que inauguram um novo conceito na

Região para a criatividade juvenil e para a centralização de serviços e de valências para os jovens constituem-se como eixos de uma política de juventude integradora e participativa, que continua a aprofundar o papel central dos jovens no modelo de desenvolvimento dos Açores.

Quando se fala de Juventude é imperioso falar, também, na formação profissional e nos planos de transição para a vida activa enquanto pilares estratégicos para o reforço das oportunidades desta faixa etária e para o reforço do seu papel na vitalidade económica e no futuro sustentável da Região.

São os índices de qualificação de uma população que diferenciam as sociedades modernas e desenvolvidas.

Mais e melhor qualificação profissional são um pressuposto essencial no aprofundamento do conceito de emancipação jovem que defendemos e que qualquer jovem ambiciona.

Sem prejuízo da iniciativa privada, tão importante para as dinâmicas económicas, é importante referir a opção política do Governo dos Açores que, diagnosticando correctamente as áreas prioritárias de intervenção, tem sido um elemento facilitador na promoção da

formação profissional e na criação de mecanismos de inserção na vida activa dos jovens, agindo correctamente dentro da sua esfera de competências.

Hoje, qualquer jovem pode usufruir de mecanismos que a Região disponibiliza para uma mais fácil integração no mercado de trabalho.

Estes programas são a garantia, para milhares de jovens açorianos, de uma transição consequente para a vida activa, através da experiência adquirida na frequência destes programas, bem como constituem um importante incentivo à fixação de jovens que, estando no exterior da sua ilha a estudar e a qualificar-se vêm aqui uma boa oportunidade para regressar, fixar-se e contribuir para o bem comum.

Registamos, por isso, com agrado, a continuidade e reforço da aposta e do esforço público na formação profissional com um aumento da dotação orçamental afectada de 22% e nos programas de estágios profissionais com um aumento de cerca de 3 milhões de euros.

É nesta área que reside um dos nossos maiores desafios dos próximos tempos.

Intervir, de forma consistente, no aprofundamento da qualificação e diversificação das políticas de empregabilidade jovem, na valorização das condições de produção de conhecimento, no fomento de estratégias da criação do próprio emprego, no reforço da coesão social, territorial e económica, na criação de novas ferramentas e de novas competências, ligando essa intervenção a estratégias de fixação jovem, será um passo determinante para uma futura geração de população activa devidamente qualificada, constituindo-se, assim, como parte determinante dos processos de desenvolvimento futuros dos Açores.

É justo, também, referir que as políticas de juventude e o seu impacto na vida dos jovens açorianos não estão circunscritas às acções constantes no sector da juventude resultante da orgânica do Governo.

Com a visão transversal e interdepartamental que sempre defendemos neste sector, verificamos que são muitos os programas de outros sectores da governação que abrangem os jovens

açorianos, na habitação, na economia, na educação, nos equipamentos ou na saúde.

Não somos donos da verdade absoluta. Sabemos que muito foi feito mas temos a humildade de reconhecer que mais há para fazer.

O património alcançado no âmbito de políticas de juventude e o seu impacto orgulha-nos.

Mas não é tempo, nunca é tempo de autocontemplações.

O mundo e a própria definição de juventude originam muitas vicissitudes e obstáculos no normal desenvolvimento e integração desta faixa etária, obrigando-nos a estar sempre prontos para diagnosticar os problemas em tempo útil e agir com eficácia, reinventando e reorientando estratégias se assim tiver de ser.

Não basta sinalizar problemas e diagnosticar imperfeições, é preciso agir, propor soluções e dar-lhe consequência de forma séria e responsável.

O Plano para 2010 que agora apreciamos, materializa uma linha de rumo de políticas públicas coerentes e positivas nas acções orientadas para a juventude açoriana, dando-nos importantes

garantias de resposta aos novos desafios e às adversidades que o mundo de hoje apresenta.

Disse.

Horta, Plenário da ALRAA

24 de Novembro de 2009